

## JORNAL A FEDERAÇÃO, O DIFUSOR DA PROPAGANDA REPUBLICANA GAÚCHA\*

*Fábio Rausch\*\* e Antonio Hohlfeldt\*\*\**

---

**Resumo:** Este trabalho consiste em um estudo acerca da propaganda política praticada na imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense, com base no jornal A Federação. A prática publicística remonta às primeiras experiências desenvolvidas pelo jornalismo inglês e o francês, no século XVIII, em que personalidades sociais lançam mão de jornais ou revistas para difundir programas ideológicos de interesse, primeiro de grupos partidários, depois de partidos constituídos, de modo a influenciar a opinião pública, ou até conquistar o próprio poder vigente. Em seus textos o publicista Júlio de Castilhos denuncia os “sofismas liberais”, então apregoados pelos partidos do Império de D. Pedro II, visando à instalação da república.

**Palavras-chave:** Publicismo. Imprensa partidária. Imprensa republicana gaúcha.

**Abstract:** This study is based on the political publicity of the Rio-Grandense Republican Party, according to the newspaper "A Federação". The publicizing practice goes back to XVIII Century, when, in the English and French journalism, personalities of the society used the newspapers and magazines to

---

\* Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “O modelo ideal de jornalismo partidário: A Federação (1884-1937)”, que foi desenvolvido entre 2005/02 e 2007/01, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CNPq/PIBIC-PUCRS. Os pesquisadores também estão em vias de concluir um livro sobre a história do jornal A Federação.

\*\* Fábio Rausch é graduado em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação Social da PUCRS.

\*\*\* Antonio Hohlfeldt é doutor em Linguística, pela PUCRS, e integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAMECOS-PUCRS.

influence the public opinion, perhaps to get the power regimen in exercise. The journalist Júlio de Castilhos in his articles accuses the liberal sophisms that were supported by the political parties of the Empire of D. Pedro II, aiming at the establishment of the Republic.

**Key-words:** Publicism; Partidarian Press; Gaúch Republican Press.

## 1 RAÍZES PUBLICÍSTICAS

As folhas volantes, avulsos impressos que antecederam os jornais, representam algumas das primeiras tentativas de difundir opinião pela imprensa. Desde a metade do século XV, elas serviam para a propaganda, na época da Reforma em países que se desligaram da ortodoxia da Igreja de Roma (Beltrão, 1980). Em seguida, contudo, a censura a essas folhas opinativas, tanto da parte eclesiástica quanto da governamental, traria efeito nos primeiros jornais do século XVII, tornados “repositório de informações” (p. 33).

Ao longo do reinado absolutista de Luís XIV (1643-1715), houve a construção de um aparato multimídia para atuar junto à população. A propaganda, ou melhor, o culto à imagem do rei, que ia desde ilustrações e pinturas em telas e jóias até encenações de peças de teatro, inclusive com ele próprio atuando, por exemplo, no *ballet de cour*, além da produção de obras literárias, estavam presentes na Gazette de France, cujos atos da administração ocupavam boa parte das páginas, de circulação mensal (Burke, 1994). Exceto nos números comemorativos às vitórias do reino, “o tom sóbrio sugeria imparcialidade e, portanto, confiabilidade” (Burke, 1994, p.38). Em 1665, como veículo da imprensa real constituída, o Journal des Savants publicava propagandas patrocinadas pelo rei. Não se ignora, contudo, a existência do Le Gazette, semanário oficial fundado em 1630, para servir de suporte de propaganda ao reinado de Luís XIII (Burke, 1994; Neveu, 2006). A propósito, “a imprensa, como instrumento de comunicação política, [...] é o meio que mais contribui para a formação da opinião pública” (Gomes, 2007, p. 203).

Marcondes Filho (2002) enquadra o período de “ebulição do jornalismo político-literário” (p. 11) no momento das primeiras transformações resultantes da Revolução Francesa, de 1789, que perdura até a metade do século XIX. Na fase anterior, prevaleceram os obscurantismos do sistema monarquista, primeiro, e do absolutista, depois, herdados da Idade Média e da Idade Moderna, que estabeleciam o controle do saber e vetavam o acesso do cidadão comum à informação (Marcondes Filho, 2002). Por isso mesmo, não há dúvida de que “a Revolução Francesa é um divisor de águas entre os velhos regimes, em que não havia necessidade de persuadir o povo, e os Estados modernos, em que ele é o principal alvo da propaganda” (Burke, 1994, p. 212).

Desse modo, os jornais assumem o caráter de meio transmissor dos programas político-partidários de cada facção, tendo no jornalista o próprio político que visa a influenciar um público de seu interesse (Carvalho, 1995).

Ao analisar a imprensa parisiense da primeira metade do século XIX, o escritor francês Balzac (2004, p. 31) chama de publicistas “todos os escrevinhadores que fazem

política” (p. 31). Logo, um redator precisa da orientação do diretor do jornal para saber quais artigos serão escritos. Balzac observa três tipos de diretores: *o ambicioso*, *o homem de negócios* e *o puro-sangue*. “*O ambicioso*<sup>1</sup> empreende um jornal seja para defender um sistema político cujo triunfo o interessa, seja para se tornar um homem político fazendo-se temer” (Balzac, 2004, p. 35).

Habermas (1984) constata que a imprensa europeia, no século XVIII, ainda movimentada por interesses comerciais e lucros modestos, dentro da lógica do capitalismo nascente, sofrerá profundas mudanças. Ao trânsito de notícias e à coleta de informações, uma nova tendência opinativa é agregada. “Os jornais transformaram-se de puras organizações para publicar notícias em, também, portadores e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (Bücher apud Habermas, 1984, p. 142).

Na Inglaterra, após um momento inicial voltado a descrições informativas (Melo, 2003), só se observará alguma atuação publicística a partir da revolução de Cromwell, em 1648 (Lage, 2006). A primeira fase se caracterizará pela prática do jornalismo literário, com a presença de publicações eruditas. As revistas semanais assumirão caráter moralista, visa à prática da propaganda pedagógica. Na seqüência, a escrita jornalística apresentará, progressivamente, um viés político, a partir da “iniciativa individual de eruditos e escritores” (Habermas, 1984, p. 142). Os artigos dos periódicos, escritos com profundidade temática, já distanciados do puro panfletarismo, demonstram a linguagem agressiva dos jornalistas de então, mas que não chega a ser vulgar (Weil, 1962; Watt, 1990). O fortalecimento da vida partidária permitiu aos políticos transformar o jornalismo numa militância objetiva, que se tornava “meio de formação doutrinária da opinião pública” (Rüdiger, 2003, p. 36).

No Brasil, o início da década de 1830, quando D. Pedro I renuncia ao trono do Primeiro Império, marca a ascensão de emergente parcela da sociedade, oposta aos remanescentes portugueses. Ela busca mecanismos para se mobilizar (Melo, 2006). “Os motivos de descontentamento não faltavam e eram cada vez mais numerosos os brasileiros que freqüentavam as universidades europeias, onde se expunham, naturalmente, à influência das tendências renovadoras” (Achilles, 1976, p. 34).

O veículo impresso, sobretudo ao longo da monarquia parlamentarista de D. Pedro II, servirá como “canal da expressão das facções da classe dominante que disputam o poder político” (Melo, 2006, p. 82). Na luta para ganhar o apoio da opinião pública, adversários políticos se digladiam entre si. Os jornais também atuam como meio de pressão, na busca pelo atendimento aos interesses particulares, junto ao poder público, ou, ainda, para a conquista desse próprio poder. Tal quadro perdura até o final do século XIX e, de certo modo, ainda exerce influência no limiar do centenário posterior.

## 2 A FORMAÇÃO DO IDEAL REPUBLICANO GAÚCHO

---

<sup>1</sup> Esse é o tipo de redator que se está relevando, de fato, nessa abordagem ilustrativa do conceito publicístico, proposto para estudo.

A presença de idéias republicanas, no Rio Grande do Sul, remonta ao período pós-Independência, de 1822, quando o desmembramento provincial (Flores, 1985) já era uma hipótese corrente, devido ao perfil centralizador (Kühn, 2002) da Constituição de 1824, pelo qual as províncias não gozavam de autonomia, ao terem seus presidentes nomeados pelo Imperador.

Ao longo dos dez anos da Revolução Farroupilha<sup>2</sup>, motivada pelas insatisfações político-econômicas dos gaúchos com o Império, e que iniciou em 20 de setembro de 1835, o Rio Grande demonstra carência de suporte intelectual, a fim de facilitar uma construção ideológica, fator esse herdado do período colonial, em que inexistiam universidade e imprensa (Flores, 2002).

Na Teoria do Contrato Social, proposta pelo francês Jean-Jacques Rousseau, cuja pregação voltava-se para a mudança nas instituições, como forma de o homem exercer todas as suas virtudes, é possível encontrar melhor embasamento para o caráter ideológico da Revolução de 20 de setembro, quando os farroupilhas acusaram as instituições do Império de anacrônicas (Flores, 1985).

A idéia de federação difundia-se pelo continente americano desde a Independência das Treze Colônias a 4 de julho de 1776, que resultou na formação dos Estados Unidos (Flores, 1985; Padoin, 2005). A proposição que continuaria atual no debate político, junto ao Império brasileiro, era a de “um federalismo enquanto discurso em defesa da descentralização administrativa em um Estado unitário” (Padoin, 2005, p. 102).

### 3 A PROPAGANDA PELA REPÚBLICA

Gomes (2004, p. 54) explica que a propaganda política consiste em um esforço de comunicação persuasiva, “que conquistar militantes, simpatizantes ou adeptos a um determinado partido político”. Quanto a isso, segundo uma expressão de Ithiel de Sola Pool, o jornal A Federação assumirá um caráter “instrumental” (*apud* Kientz, 1973, p. 57) em relação ao Partido Republicano Rio-Grandense, com o intuito de levar a ideologia republicana ao seu público receptor, no caso, os leitores. Trata-se, portanto, da realização de uma propaganda ideológica para difundir determinado ideal político, “com vistas a obter a adesão da audiência” (Beltrão; Quirino, 1986, p. 164).

A mesma autora alerta para a importância dos conceitos de persuasão no jogo de convencimento do público-alvo. Para a presente abordagem, vai interessar a segunda categoria que ela enumera: a *persuasão ideológica*, então identificada com a propaganda política. Desta maneira, Gomes (2007) comenta o conceito de persuasão definido por Morris (1974):

---

<sup>2</sup> O acordo de Ponche Verde, a 1º de março de 1845, põe fim à Grande Revolução. Conduzido pelo Duque de Caxias, a mando do Império, no que se chamou de “paz honrosa” (Kühn, 2002, p. 85), ele possibilitou diversas concessões aos revoltosos, tanto políticas quanto econômicas.

[...] A persuasão pode chegar a ser o resultado de um discurso convincente construído com argumentações pertinentes, mesmo que sejam falsas, mas aceitas, como verdadeiras, muitas vezes inclusive pelo persuasor. É o que diferencia a persuasão da manipulação: o discurso do persuasor é verossímil (GOMES, 2007, p. 202).

No Rio Grande do Sul, a propaganda republicana é conduzida, inicialmente, pelos professores Apolinário Porto Alegre, Apeles Porto Alegre e Francisco Xavier da Cunha. Em 1878, eles organizam o primeiro clube republicano (Flores, 1993).

A Sociedade do Partenon Literário, presidida por Apolinário Porto Alegre, fundada em 18 de julho de 1868, também serviu para estimular debates de teor republicano (Ericksen, 1977). A sua atuação expandiu-se para além do campo da literatura pois, ao longo das sessões, durante as quais se organizavam as edições da Revista do Partenon Literário, era discutido o propósito de difundir os ideais republicanos pelo estado (Baumgarten, 1982).

A formação de jovens para o exercício da vida pública coube ao ensino jurídico, cujos únicos centros, no período imperial, situavam-se em São Paulo e Recife. A geração de Júlio de Castilhos, este tendo ingressado na Academia de Direito de São Paulo em 1877, encontrará um ambiente no qual “as idéias do materialismo vulgar e do positivismo já repercutiam com intensidade. O reformismo social e político estavam na ordem do dia” (Franco, 1996, p. 18).

O Clube Vinte de Setembro, fundado por estudantes gaúchos, em 1862, funcionava como um meio para promover discussões ideológicas quando, a 15 de abril de 1879, os redatores Joaquim Francisco de Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Joaquim Pereira da Costa fundariam o jornal A Evolução para difundir a propaganda republicana. Entre junho e agosto de 1880, Castilhos ainda colaboraria nas edições do periódico República, órgão do Clube Republicano Acadêmico.

No limiar dos anos 1880, a geração de Castilhos retorna ao Rio Grande, para dar início a uma “agitação sistemática” (Love, 1975, p. 29) na província. O momento coincide com a eleição dos vereadores republicanos Felicíssimo de Azevedo e João da Matta Coelho, em Porto Alegre (Flores, 1993).

A organização do PRR ponteia na Primeira Convenção Republicana, que data de 23 de fevereiro de 1882. Na oportunidade, as experiências do Manifesto de 1870, ocorrido no Rio de Janeiro, e da Convenção de Itu, em São Paulo, foram úteis. A terceira proposição do encontro frisou a necessidade da criação de uma imprensa “destinada a explicar, defender e sustentar o programa do partido republicano” (Monteiro, 1997, p. 322).

Com bases mais arregimentadas, os republicanos gaúchos organizam, em 15 de março de 1883, o primeiro congresso do partido. Nele é ressaltada a urgência da criação de uma imprensa do partido, proposta já discutida no encontro anterior. Foi acertado que o primeiro número do jornal A Federação circularia em 1º de janeiro do ano seguinte.

O segundo congresso partidário, instalado em Porto Alegre, a 10 de maio de 1884, tem o mérito de “delinear os rumos programáticos do Partido Republicano Rio-Grandense” (Franco, 1996, p. 30). Dentre os itens do programa, redigido por Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro e Ramiro Barcellos, ressaltam-se as metas de eliminar a monarquia e fundar a república. Em 2 de março de 1885, ainda haveria novo congresso.

#### 4 JORNAL A FEDERAÇÃO

O jornal A Federação começou a circular em 1º de janeiro de 1884, como resultado das discussões travadas na Convenção Republicana de 1882, que contribuíram para a aprovação da idéia, durante o 1º Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1883. Tratava-se de criar um veículo impresso para difundir os ideais partidários. Naquelas oportunidades, destacaram-se os seus principais idealizadores: Venâncio Ayres, Ramiro Barcellos, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos. O último ficou incumbido, pela comissão da imprensa partidária, de levar adiante a iniciativa, já que houvera alcançado sucesso no A Evolução (1879), folha dos estudantes republicanos gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Considerado como o “primeiro jornal doutrinário do país” (Museu, 1978, p. 65), com papel pioneiro de propagandista da república, liderando até as demais províncias, sobretudo por sua extraordinária coerência e vigor de doutrinação (Moraes, 1959), A Federação “resumiu de fato o modelo do jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo” (Rüdiger, 2003, p. 43).

A Federação, no limiar de sua existência, circulava todo dia, à exceção dos domingos, em horário vespertino, com quatro páginas, divididas em cinco ou sete colunas, eventualmente seis, no formato *standard* (corte: entre 57 e 63 cm por 38,1 e 45 cm / mancha: 55,3 cm por 42,6 cm). As duas últimas páginas eram ocupadas, na maior parte, por anúncios publicitários ou editais informativos.

O jornal só terá sua publicação interrompida por definitivo quando o Estado Novo, outorgado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, também ex-redator de A Federação, a 10 de novembro de 1937, extingue os partidos políticos e as suas publicações.

Capaz de “criar acontecimentos e não apenas refleti-los” (Rüdiger, 1984, p. 14), o jornal se notabilizou enquanto braço político-partidário. Após o término da Revolução Federalista (1893-1895), ele terá a sua linha editorial confrontada pelo perfil informativo e noticioso, sob a proposta de neutralidade política, do Correio do Povo, surgido a 1º de outubro de 1895 (Galvani, 1995; Dillenburg, 1997). No livro **Memórias**, Fontoura (1958, p. 26) define, com lucidez, o caráter editorial da folha republicana:

[A Federação] não era um jornal como os outros, feito todas as tardes no tumulto da improvisação. Era a página cotidiana de um alcorão partidário, elaborada com cuidados religiosos, liturgicamente, de caso pensado. O artigo de fundo submetia-se, antes de composto, ao chefe do Partido, o qual, às vezes, o devolvia emendado; outras, com aplausos e louvores do próprio punho.

Por seus principais biógrafos, Júlio de Castilhos é considerado o “íncipe do jornalismo político” (Russomano, 1976, p. 285), porque desenvolveu novas concepções jornalísticas, como o “conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois pode modificar seu curso” (Rüdiger, 2003, p.43-44).

## 5 COMBATENDO OS SOFISMAS LIBERAIS

O conceito político-partidário de A Federação, voltado para a prioridade de derrubar o sistema monárquico vigente, começa a ser doutrinado, na sociedade sul-rio-grandense, a partir da introdução do que Júlio de Castilhos entendeu por “falsos silogismos”. Eles eram apregoados pelos partidos imperiais, o Conservador e o Liberal. Sob a cartola *Os sophismas*, entre 28 de fevereiro e 30 de junho de 1884, 16 artigos serão escritos, marcando o início da propaganda político-partidária pela instalação do modelo republicano de governo, no Brasil.

Os artigos, sempre redigidos por Castilhos, apresentam caráter pedagógico. Logo, a técnica teria presença marcante no conteúdo do jornal republicano, dentro do estilo publicístico do jornalismo político-partidário, que encontrava o seu ápice na propaganda política daquele período. Os textos são extensos e em formato de teoremas. O início de cada um apresenta algumas premissas defendidas pela monarquia. Em seguida, elas são contra-argumentadas com as propostas republicanas, tidas como as mais adequadas (Hohlfeldt; Rausch, 2006). Ao término da abordagem, o leitor recebe o alerta sobre os problemas evidenciados durante o artigo, cuja resolução passaria pelo “bom proveito” da oportunidade de mudança de regime político. Dentro dessa lógica, cada bloco de assuntos debatidos está organizado de acordo com a seqüência das edições. A preocupação em melhor orientar o leitor fica evidente, quando o jornal abre dois meses de intervalo<sup>3</sup> nas discussões sobre o terceiro e último sofisma debatido, entre 18 de abril e 17 de junho de 1884:

Continuando a discussão, há muito interrompida, dos sophismas monárchicos, começamos, agora, a discutir o último dentre elles, na ordem da enumeração que fizemos, e um dos primeiros, pela insistência com que é invocado.

Depois de havermos discutido sob todas as suas faces os outros sophismas, escrevemos o primeiro artigo do exemplo das repúblicas sul-americanas, estabelecendo os dados da questão<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O jornal não justifica o porquê da interrupção do debate em torno dos “sophismas liberais”.

<sup>4</sup> As citações empregadas provêm da transcrição do jornal republicano, cuja reprodução é fidedigna.

À vista da larga interrupção de dous mezes soffrida pelo presente trabalho, e a bem de methodisal-o, convém reproduzir as palavras que, então, escrevemos<sup>5</sup>.

São três os “sofismas liberais” rebatidos por A Federação:

a) Não temos homens para a república – no dia 28 de fevereiro de 1884, o primeiro sofisma tem início por meio do combate à alegação monárquica de que, no Brasil, não haveria lideranças capazes de levar a efeito um governo republicano. “O fato denunciado por todos, por todos attestado é que não temos homens; todos accusam a falta de capacidade, a ausência de energias e a perversão completa do caráter”. Sem titubear, Júlio de Castilhos rotula os políticos monárquicos de pseudo-opportunistas, ou seja, aqueles que não podem aproveitar a verdadeira oportunidade presente no quadro político do momento. Então, rechaça a possibilidade aventada pelo sofisma:

Não pode ser attribuído à incapacidade da nossa raça para produzir homens notáveis pelo talento e pelo caráter, nem os pseudo-opportunistas levarão a sua fraqueza ao ponto de sustentar tão irrisório absurdo.

Não pode igualmente ser attribuído ao pouco tempo que temos de existência política, nem o bom senso permite uma tão extravagante explicação.

A causa do fato não é, portanto, a incapacidade natural do país, não é a inferioridade de raça, não é a curta existência política do Brasil.

No dia seguinte, Castilhos afirma que “a monarchia é, pois, a causa que impede o apparecimento de homens capazes e enérgicos”. Logo, a solução passaria pelo estabelecimento da república. O redator comenta sobre os diversos países que já se encontram sob o modelo republicano, casos da França e dos Estados Unidos, e conclui, de maneira virulenta: “Ora, é absolutamente impossível que só no Brasil não se faça sentir a ação das leis immutáveis que regea os movimentos das sociedades. Não serão os ridículos sophismas de um caricato opportunismo que hão de impedir o advento da república”.

b) Temos liberdade demais – doravante, oito artigos serão publicados, com o intuito de desqualificar o segundo sofisma identificado pelo jornal. A série começa em 8 de março. Júlio de Castilhos expõe os comentários da monarquia, segundo os quais os brasileiros gozam de completa liberdade. Portanto, não haveria necessidade para se discutir a forma de governo do país. De antemão, o publicista insere o discurso republicano sobre o enfoque:

Estas frases, tão antinômicas com o espírito das nossas leis, tão contrárias à verdade dos fatos, são, entretanto, freqüentemente repetidas, com o maior

---

<sup>5</sup> Preferiu-se manter a escrita dos artigos em seu estado original, cabendo apenas o emprego de acentuação gráfica, pontuação e a correção de palavras ininteligíveis, se comparadas com o modelo de ortografia agora vigente.

desplante, pelos monarchistas, que, assim, pretendem impugnar a oportunidade da república.

Antes de tudo, como os outros sophismas que já analysamos, este é contraproducente.

De fato, se gozamos da mais completa liberdade, se somos absolutamente livres no desenvolvimento da nossa atividade, a conseqüência necessária que dahi se deriva é que este mesmo fato prova que o povo brasileiro é capaz de gozar de todos os benefícios de um regimen liberal.

Na seqüência, ganham vez as contradições do discurso da monarquia. Castilhos enfatiza que os próprios situacionistas admitem o modelo republicano como superior ao vigente, o que justificaria a sua oportunidade.

Em 11 de março, ataca o “regimen do privilégio”, pois, a seu ver, a legitimidade da monarquia advinha, ao invés da demonstração de competência para o exercício do cargo, sob o julgamento popular, do fato de o monarca pertencer à família real:

Dahi nasce esta outra anomalia, não menos surpreendente: o governo de um povo perpetua-se indefinidamente em uma só família, que se pode produzir homens bons, também produz imbecis.

Por um homem capaz e bom, quantos nullos, quantos imbecis tem fornecido a realza!

A 31 de março, o publicista republicano atenta que um povo soberano é aquele que intervém na direção do seu país. Retoma a idéia de incompatibilidade entre o privilégio gozado pela monarquia e a suposta liberdade sustentada, o que tornaria falso o sofisma. A ocasião serve, também, para Castilhos discutir nova subcategoria. À idéia de oportunidade da república acrescenta o problema da forma de governo. Outra vez, ele percebe contradição no discurso adversário, após a constatação monárquica de que a forma não teria valor, mas, sim, a idéia de que todo o governo seria bom, se garantisse liberdade:

Por que chegam, em última análise, a conceder razão em tudo aos republicanos, menos quando estes pedem a substituição da forma de governo, a supressão da inviolável e sagrada pessoa?

Por que levam o seu entusiasmo pela forma até o momento de proclamar que a pessoa de d. Pedro II é preciosa ao país, por ser a condição da sua ordem e do seu progresso?

Sempre inconseqüentes, sempre illógicos, os nossos adversários não reparam que a sua argumentação se destrói por si mesma.

O quarto artigo sobre o segundo sofisma, publicado a 2 de abril, retoma a questão relativa à forma e argumenta que o governo é um meio para garantir liberdades, sejam

individuais, sejam coletivas. Para o alcance desse fim, Castilhos assevera: “É indubitável que a república é um governo mais racional, mais conforme com a dignidade do homem e com a liberdade, mais claro, mais simples e mais econômico que a monarquia”.

Pautadas as idéias do presente sofisma, os textos subseqüentes terão o compromisso de reforçar o pensamento defendido pelos republicanos. A 4 de abril, as argumentações ganham profundidade. Castilhos começa a questionar desde a limitação à liberdade econômica, devido a restrições de lei, até as liberdades de ensino e de opinião nacional. A seu ver, a posição de excelência do monarca agia no sentido de cercear os exercícios referidos, e exclama: “sophistas!”.

No dia seguinte, intensifica suas críticas, cobrando garantias legais para a liberdade do cidadão brasileiro, pois “se o governo de hoje é fraco ou tolerante, e permite o pleno exercício dos direitos, o governo de amanhã pode ser violento ou intolerante, e proíbe-o”.

Em 14 de abril, o redator cita alguns resultados das análises do sofisma em debate:

Que a monarquia é o regimen do privilégio, que é fundamentalmente contrário à liberdade;

Que um povo que não é soberano não é um povo livre, e, no Brasil, o governo pertence a um só – o monarca – cujo poder soberano annulla, de facto, a soberania nacional;

Que, em um paiz em que o exercício das liberdades depende da tolerância ou da vontade dos governos, não há regimen liberal;

Que, além de tudo, essa tolerância, [...] nem o mérito da sinceridade possui, porque é praticada pelo monarca, como o único meio de prolongar a conservação do seu poder, [...] desarmando a opinião.

O oitavo e último artigo acerca do sofisma, “Temos liberdade demais”, publicado um dia após, rememora os enfoques propostos para o leitor e deixa patente o princípio de governo descentralizado, defendido pelo Partido Republicano Rio-Grandense: “Descentralização, no sentido exato do *self-government*, dando-se à província as maiores franquezas e ao município a vida e ação de que carece, garantindo-se o direito individual e restringindo-se, o mais possível, a interferência da autoridade”.

c) Exemplo negativo das repúblicas sul-americanas – depois de esclarecidas para os leitores as diferenças entre as formas de governo monárquica e republicana, o jornal recorrerá aos exemplos de países mal-sucedidos, a partir da instalação da república. A 18 de abril, Júlio de Castilhos inaugura o debate sobre o terceiro sofisma da série, com a reprodução do posicionamento que a monarquia vinha sustentando:

Quando mesmo o Brasil estivesse preparado para a república, e possuísse homens capazes de sustentá-la, quando mesmo não tivéssemos sob a monarquia liberdade demais, quando, em summa, não militassem contra o seu estabelecimento, muitos

outros motivos para afastal-a de nós bastaria, o funesto exemplo que oferecem as repúblicas hispano-americanas, que vivem em permanente anarquia.

Como foi referido, o debate sobre esse sofisma passa por um hiato de dois meses. Em seguida, o último artigo tem nova reprodução. No dia seguinte, a 18 de junho, o redator é taxativo: “Dentre os sophismas monárchicos, porém, nenhum é mais infeliz e ridículo do que este”. Para ele, se as repúblicas sul-americanas apresentam estados anárquicos, o motivo não se deveu às instituições políticas, tampouco à forma de governo, tendo em vista que nenhum tipo de regime está alheio a sofrer de problemas assim. Então, exemplifica:

A França, a Suíça, os Estados Unidos, o México, a Colômbia, o Chile, para não citar outros países, oferecem o grande e decisivo exemplo de repúblicas pacíficas, mais pacíficas do que todas as monarquias reunidas, com três ou quatro exceções.

Eis ahí a primeira conseqüência absurda que resulta do sophisma em discussão, concedendo aos adversários que seja real o estado anárchico que denunciam.

Os artigos de 19 e 20 de abril também se ocuparão da continuidade das discussões sobre esse sofisma. No segundo dia, sobretudo, Castilhos traz à tona períodos da história recente do Império brasileiro, para justificar que a forma monárquica não está incólume de vivenciar estados de anarquia. Sem titubear, evidencia o contraponto dos resultados revolucionários do Brasil, que “estéreis, porque a crise não ficou resolvida”.

O quinto e último texto desse sofisma, publicado em 30 de junho, reforça o quanto de salutar e oportuno tem o ambiente brasileiro para a instalação do regime republicano. Sugere, ainda, melhores possibilidades de sucessos futuros, a partir da escolha do caminho percorrido pelos países vizinhos. Ao término do combate aos falsos silogismos, Castilhos vai questionar o leitor acerca do porquê de só o Brasil não ser capaz de instalar a república, tendo em vista que outros países, em condições piores, já haviam conseguido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida de que A Federação, como braço ideológico da imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense, conseguiu maximizar a importância dos fatos políticos de seu tempo, sempre de acordo com possíveis benefícios que eles pudessem trazer à propaganda republicana partidária.

O envolvimento dos considerados “homens de partido” com causas políticas abriu um viés para o compromisso dos jornais com as questões da sociedade. O estímulo inicial, dado por jornais como A Federação, teve reflexo nas páginas editoriais dos periódicos que, a partir da virada para o século XX, se consideraram essencialmente informativos e isentos de compromissos ideológicos. No Rio Grande do Sul, o Correio do Povo ilustra bem essa

proposta. Ou seja, embora sem engajamento partidário, os jornais não deixarão de expor uma opinião a respeito dos fatos políticos e sociais que implicam no contexto em que estão inseridos. Se, nos primórdios, falou-se em posição partidária. Agora, já no século XXI, usa-se a classificação de linha editorial.

### REFERÊNCIAS

- AQUILES, Aristeu. **Os jornais na Independência**. Brasília: Thesaurus, INL, 1976.
- BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1982.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Jornal de Timon**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 18 abr. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 17 jun. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 18 jun. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 19 jun. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 20 jun. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Exemplo das repúblicas sul-americanas”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 30 jun. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Não temos homens para a república”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 28 fev. 1884.
- CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Não temos homens para a república”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 29 fev. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 8 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 11 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 31 mar. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 2 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 4 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 5 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 14 abr. 1884.

CASTILHOS, Júlio de. “Os sophismas – Temos liberdade demais”. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 15 abr. 1884.

DILLENBURG, Sérgio R. **Correio do Povo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da imprensa rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FLORES, Moacyr. **República rio-grandense**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. Porto Alegre: Globo, 1958, v.1.

FRANCO, Sérgio. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

GALVANI, Walter. **Um século de poder**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GOMES, Neusa Demartini. “Os instrumentos do marketing político e eleitoral e a persuasão como elemento comum entre eles para a formação da opinião pública”. In:

GODOY, Célia Maria Retz (Org.). **Opinião pública e marketing político**. Bauru: FAAC – UNESP, 2007.

HABERMAS, Jürgen. “Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa”. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.

HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio Flores. “Júlio de Castilhos contra os sofismas liberais, nas páginas de A Federação”, in **Pauta Geral**, Salvador: Calandra, v.1, n.8, p. 97-113, ago. 2006.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Novo Século, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo**. São Paulo: Hacker, 2002.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Paulus, 2006.

MONTEIRO, Hiram Ayres. **Venâncio Ayres**. Taquarituba: Gril, 1997.

MORAES, Carlos. **Figuras e ciclos da história rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1959.

MORRIS, Charles. **La significación y lo significativo**. Madri: Alberto Corazón, 1974.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. **Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: IEL/EMMA, 1978.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. “O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica”. In: Gunter...[et al.] (Orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

RÜDIGER, Francisco. “A Federação o processo político-ideológico rio-grandense” in **Comunicação & Cultura**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, n.1, 1984, p.12-21.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

RUSSOMANO, Victor. **História constitucional do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1976.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WEILL, Georges. **El periodico**. México: UTEHA, 1962.